



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

## TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

### 1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

### 2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à **Aquisição de postes e conjuntos de conexões elétricas destinados à implantação da infraestrutura do sistema de vigilância e monitoramento eletrônico por câmeras no perímetro urbano do Município de Borrazópolis/PR, incluindo materiais de fixação, aterramento e demais componentes necessários, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### Lote 01 – (Participação de ampla concorrência)

#### Aquisição e instalação de postes e padrão elétrico

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
01	Poste: Altura mínima de 7 mt, Tipo: Circular, Carga nominal: 150 dAN.	Unid.	36	R\$ 1.982,50	R\$ 71.370,00
02	Conjunto de conexões para postes LAP e VMS com; 03 alças de serviço CAA 6 AWG 16 mm, 03	Unid.	09	R\$ 649,12	R\$ 5.842,08



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	armação sec. com 1 estribo, 22 mt. cabo de alumínio duplex 16 mm <sup>2</sup> , 03 cinta circular 170mm, 02 conector perfurante 50-120 x 6-35 mm, 01 conector cunha ramal 2/0 – 16 mm, 01 conector cunha ramal 16 mm, 02 conector haste aterramento, 02 haste aterramento 2,40 mt, 03 isolador roldana, 03 parafuso cabeça quadrada 200 mm, 03 arruela quadrada, 04 mt. cabo PP 2 x 10 mm, 10 mt. fio aço cobreado (aterramento rede), 10 mt. cabo cobre isolado 1 x 6 mm (aterramento câmara).				
03	Conjunto de conexões para postes PTZ com, 02 alças de serviço CAA 6 AWG 16 mm, 02 armação sec. com 1 estribo, 22 mt. cabo de alumínio duplex 16 mm <sup>2</sup> , 01 cinta circular 170mm, 02 conector perfurante 50-120 x 6-35 mm, 01 conector cunha ramal 2/0 – 16 mm, 01 conector cunha ramal 16 mm, 02 conector haste aterramento, 02 haste aterramento 2,40 mt, 02 isolador roldana, 01 parafuso cabeça quadrada 200 mm, 02 arruela quadrada, 04 mt. cabo PP 2 x 10 mm, 10 mt. fio aço cobreado (aterramento rede), 10 mt. cabo cobre isolado 1 x 6 mm (aterramento câmara).	Unid.	27	R\$ 572,72	R\$ 15.463,44
<b>Total</b>					<b>R\$ 92.675,52</b>

2.2. Valor total da contratação **R\$ 92.675,52 (noventa e dois mil, seiscentos e setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).**

2.3. Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.

2.4. Os fornecimento e serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, dada a natureza geral de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)**

---

4.1. A descrição detalhada da solução encontra-se pormenorizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP), integrante deste Termo de Referência.

### **Dos elementos/serviços que compõem o objeto:**

#### **Do ciclo de vida do objeto**

4.2. A análise do ciclo de vida do objeto consiste na avaliação das etapas relacionadas ao fornecimento, utilização, armazenamento, eventual instalação futura e substituição dos materiais que compõem a infraestrutura de suporte ao sistema de vigilância e monitoramento eletrônico, considerando seus impactos técnicos, operacionais e administrativos ao longo do tempo.

4.3. No contexto da presente contratação, o ciclo de vida do objeto inicia-se com a aquisição dos postes e conjuntos de conexões elétricas, devidamente especificados conforme as necessidades do Município de Borrazópolis/PR, passando pelo recebimento, conferência, armazenamento e posterior disponibilização para utilização nas etapas de implantação da infraestrutura.

4.4. Essa abordagem permite à Administração um planejamento mais eficiente e responsável, assegurando que os materiais adquiridos atendam não apenas à necessidade imediata de estruturação da rede de suporte, mas também às futuras etapas de expansão do sistema, com adequada gestão de recursos públicos.

4.5. O ciclo de vida da contratação pode ser compreendido nas seguintes fases:

4.6. Planejamento e Aquisição: Etapa inicial voltada à definição das especificações técnicas, quantitativos e requisitos de qualidade dos postes e conexões elétricas, assegurando a compatibilidade com a infraestrutura planejada e a adequação às necessidades do Município.

4.7. Recebimento e armazenamento: Após o fornecimento, os materiais são recebidos, conferidos e armazenados pela Administração, de forma a garantir sua integridade, conservação e disponibilidade para uso nas etapas subsequentes de implantação.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.8. Utilização na implantação da infraestrutura: Os materiais serão utilizados na montagem da estrutura de suporte ao sistema de monitoramento eletrônico, conforme planejamento técnico do Município, assegurando a adequada instalação dos equipamentos em etapas futuras.

4.9. Gestão patrimonial e controle de uso: Os bens adquiridos serão incorporados ao patrimônio público e controlados pela Administração, garantindo rastreabilidade, conservação e adequada gestão dos materiais ao longo de sua vida útil.

4.10. Substituição e reaproveitamento: Eventualmente, poderão ocorrer substituições de componentes danificados ou inadequados ao uso, bem como reaproveitamento de materiais em novas etapas de implantação, conforme avaliação técnica da Administração.

4.11. Diante das etapas descritas, conclui-se que o ciclo de vida do objeto está adequado à natureza da contratação, contemplando desde a aquisição até a utilização e gestão dos materiais, com foco na eficiência, economicidade e boa administração dos recursos públicos.

4.12. Assim, a análise do ciclo de vida evidencia a viabilidade da contratação e sua aderência ao planejamento municipal, assegurando que os materiais adquiridos cumpram sua finalidade de forma adequada e sustentável no contexto da implantação da infraestrutura de suporte ao sistema de vigilância urbana.

## **Da garantia de qualidade do objeto**

4.13. A garantia de qualidade do objeto constitui elemento essencial da presente contratação, assegurando que os postes e conjuntos de conexões elétricas destinados à implantação da infraestrutura de suporte ao sistema de vigilância e monitoramento eletrônico atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas, às normas vigentes e aos padrões de qualidade exigidos pela Administração Pública.

4.14. A exigência de qualidade adequada visa resguardar o interesse público, prevenindo o fornecimento de materiais com defeitos de fabricação, baixa durabilidade ou incompatibilidade com a finalidade a que se destinam, assegurando maior segurança, eficiência e vida útil da infraestrutura a ser implantada.

4.15. Nesse contexto, a definição de critérios objetivos de qualidade e conformidade técnica constitui medida indispensável para garantir que os materiais sejam entregues em condições adequadas de uso, compatíveis com as necessidades do Município de Borrazópolis/PR.

4.16. Para fins de garantia de qualidade, deverão ser observados os seguintes requisitos:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.17. Conformidade com as especificações técnicas: Todos os postes e conjuntos de conexões deverão atender integralmente às especificações previstas no instrumento convocatório, incluindo dimensões, capacidade de carga, resistência mecânica, características dos materiais e compatibilidade com a infraestrutura projetada. O não atendimento implicará a substituição do item, sem ônus para a Administração.

4.18. Fornecimento de materiais novos e de primeiro uso: Os bens fornecidos deverão ser novos, não recondicionados e sem uso anterior, assegurando maior durabilidade, confiabilidade e adequação às finalidades da contratação.

4.19. Garantia contra defeitos de fabricação: Os materiais deverão possuir garantia contra defeitos de fabricação e vícios ocultos pelo período mínimo estabelecido no contrato, sendo a contratada responsável pela substituição dos itens defeituosos, sem custos adicionais ao Município.

4.20. Responsabilidade pela qualidade do fornecimento: A contratada será responsável pela qualidade dos materiais entregues, incluindo embalagem, transporte e integridade dos itens até o recebimento pela Administração, respondendo por eventuais danos ou inconformidades.

4.21. Verificação e recebimento dos materiais: O recebimento dos materiais será condicionado à conferência pela Administração, que verificará a conformidade com as especificações técnicas e quantitativos exigidos, sendo o aceite definitivo realizado apenas após a constatação de adequação dos itens entregues.

4.22. Diante dos critérios estabelecidos, conclui-se que a garantia de qualidade do objeto é fundamental para assegurar a correta execução da contratação, a durabilidade dos materiais e a adequada implantação da infraestrutura de suporte ao sistema de monitoramento eletrônico.

4.23. A exigência de conformidade técnica, fornecimento de materiais novos e garantia contra defeitos demonstra a preocupação da Administração com a eficiência, economicidade e proteção do investimento público.

4.24. Dessa forma, os mecanismos de garantia previstos asseguram que os materiais sejam entregues em condições adequadas de uso, contribuindo para a segurança, qualidade e efetividade da infraestrutura a ser implantada no Município de Borrazópolis/PR.

## **Da Padronização dos serviços que integram o objeto**

4.25. Os bens e serviços não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.

4.26. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.





### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei n.º 14.133/21)**

---

#### **5.1. Dos critérios de sustentabilidade**

##### **Práticas para reduzir os impactos ambientais**

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

##### **Da Subcontratação**

5.3. A Contratada não poderá subcontratar a Ata de Registro de Preços, a nenhuma pessoa física ou jurídica, sem autorização prévia, por escrito, do Contratante.

5.4. A subcontratação parcial do objeto, será permitida até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total da Ata de Registro de Preços, nas seguintes condições:

- a) Autorização prévia por escrito do contratante, a quem incumbe aferir as condições de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista da subcontratada, bem como, os requisitos de qualificação técnica;
- b) Não poderão ser subcontratadas parcelas do objeto para as quais foi exigida, como requisito de habilitação técnico-operacional, a apresentação de atestados que comprovem execução de serviço com características semelhantes.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS**

*ESTADO DO PARANÁ*

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.5. A relação que se estabelece na assinatura do contrato é exclusivamente entre o Município e a contratada, não havendo qualquer vínculo ou relação de nenhuma espécie entre a contratante e a subcontratada, inclusive no que diz respeito aos pagamentos, que permanecem os mesmos.

5.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.7. Se a contratada ceder o presente a Ata de Registro de Preços a uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas sem autorização prévia e expressa do contratante, deverá obrigatoriamente reassumir a execução da obra, no prazo máximo de 03 (três) dias, da data da notificação ou aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções contratuais, inclusive, extinção contratual.

5.8. É vedada a subcontratação total do objeto.

## **Do Parcelamento**

5.9. O objeto será licitado de forma Global, haja vista, a necessidade de preservar a integridade qualitativa do objeto, uma vez que a pluralidade de prestadores de serviços para os mesmos serviços certamente implicaria na descontinuidade da padronização, acarretando em dificuldades gerenciais e, até mesmo, aumento dos custos, pois a contratação tem a finalidade de formar um todo unitário. Soma-se a isso, a possibilidade de estabelecimento de um padrão de qualidade e eficiência que pode ser acompanhado ao longo dos fornecimentos, o que fica sobremaneira dificultado quando se trata de diversos fornecedores.

## **Do orçamento Sigiloso**

5.10. Não será adotado o orçamento sigiloso.

## **Da exigência de amostra**

5.11. Não há necessidade de apresentação de amostra.

## **Garantia da contratação**

5.12. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

## **Da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.13. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.14. Na execução do objeto devem ser observados pela CONTRATADA os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

5.15. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.16. O tratamento desses dados pelo setor público prescinde de consentimento do titular (art. 7º, III), inclusive para eventual compartilhamento (art. 26, § 1º, IV, c/c art. 27, III), e a sua utilização ficará limitada às atividades decorrentes da execução contratual na forma deste instrumento, bem como de obrigações legais, sob pena de incidência das sanções legais e das previstas neste instrumento, além da responsabilização administrativa, civil e criminal, observado o devido processo que assegure a ampla defesa e o contraditório.

5.17. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.18. A contratada obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma dessas legislações.

5.19. Os colaboradores devem assinar termo de compromisso de confidencialidade e manutenção de sigilo.

5.20. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.21. A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, prestando, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.22. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

## **Da visita técnica**

5.23. A vistoria técnica prévia nos locais de execução dos serviços não será exigida como condição obrigatória para participação no certame, considerando que as informações necessárias à elaboração da proposta estarão devidamente disponibilizadas nos documentos que instruem o processo licitatório, incluindo descrição dos pontos de instalação e demais elementos técnicos pertinentes.

5.24. Todavia, faculta-se aos licitantes a realização de vistoria, caso entendam necessária para melhor conhecimento das condições locais, infraestrutura existente, acesso aos pontos de instalação e demais particularidades que possam influenciar na execução contratual.

5.25. Se o licitante desejar, poderá realizar vistoria nas instalações onde serão implantados os serviços, pessoalmente ou por meio de seu representante legal, mediante agendamento prévio e acompanhamento por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, de 13:00 horas às 14:00 horas.

5.26. O agendamento da vistoria deverá ser efetuado por meio dos telefones (43) 3452-8700 ou e-mail: [licitacao@borrazopolis.pr.gov.br](mailto:licitacao@borrazopolis.pr.gov.br).

5.27. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia, a qual deve ser efetivada até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública.

5.28. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.29. Ao final da vistoria, deverá o licitante ou seu representante legal firmar Declaração de Vistoria, de acordo com o modelo constante em Anexo deste Termo de Referência.

5.30. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5.31. Independentemente da realização da vistoria, o licitante deverá declarar que tomou pleno conhecimento de todas as informações e das condições dos locais onde ocorrerá a execução dos serviços.



### **6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)**

---

#### **Das disposições gerais:**

- 6.1. Nos valores contratados estarão incluídas todas as despesas necessárias ao fornecimento integral do objeto, compreendendo o fornecimento dos postes, conjuntos de conexões e demais materiais especificados no Termo de Referência.
- 6.2. Os preços ofertados deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos relacionados ao fornecimento dos materiais, incluindo embalagem, transporte, carregamento, descarregamento, tributos, encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários, seguros e demais despesas necessárias ao cumprimento da contratação.
- 6.3. Os valores contratados deverão contemplar todos os componentes e acessórios necessários para a entrega dos materiais conforme especificações técnicas estabelecidas, não sendo admitida cobrança adicional posterior referente a itens que deveriam compor o fornecimento previsto no instrumento convocatório.
- 6.4. Todos os materiais deverão ser fornecidos em conformidade com as especificações técnicas definidas pela Administração, incluindo características, dimensões, capacidade, resistência e demais requisitos necessários à adequada utilização na infraestrutura de suporte ao sistema de vigilância e monitoramento eletrônico.
- 6.5. Não será admitida cobrança adicional para complementação de materiais, acessórios ou componentes indispensáveis ao atendimento integral das especificações previstas no Termo de Referência, considerando-se que os valores apresentados deverão abranger todos os elementos necessários ao perfeito fornecimento do objeto.
- 6.6. Considerar-se-ão inclusos nos preços todos os custos necessários ao fiel cumprimento da contratação, não sendo aceita alegação posterior de omissão, erro ou desconhecimento das condições de fornecimento como justificativa para solicitação de acréscimos financeiros.
- 6.7. A contratada deverá observar integralmente as condições estabelecidas no Termo de Referência e demais documentos integrantes do processo licitatório, garantindo que os materiais entregues atendam às necessidades da Administração Municipal e aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento.
- 6.8. Deverão ser fornecidos exclusivamente materiais novos, de primeiro uso, sem sinais de recondicionamento ou utilização anterior, livres de defeitos, vícios de fabricação ou qualquer condição que possa comprometer sua qualidade, durabilidade ou segurança.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.9. Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados, protegidos contra danos durante o transporte e manuseio, garantindo sua integridade até o recebimento definitivo pela Administração.

6.10. A contratada será responsável pelo fornecimento, transporte e entrega dos materiais no local indicado pela Administração, observando os prazos estabelecidos e garantindo que os itens sejam disponibilizados em perfeitas condições de uso.

6.11. Os postes, conexões e demais componentes deverão atender às normas técnicas aplicáveis e possuir qualidade compatível com sua finalidade, assegurando resistência, durabilidade e adequada utilização na implantação da infraestrutura.

6.12. O recebimento dos materiais será realizado mediante conferência quantitativa e qualitativa pela Administração, podendo ser recusados aqueles que estiverem em desacordo com as especificações, apresentarem defeitos ou não atenderem aos requisitos estabelecidos.

6.13. A contratada deverá substituir, sem ônus adicional ao Município, quaisquer materiais que apresentem defeitos, inconformidades ou divergências em relação ao objeto contratado, garantindo a adequada execução da contratação.

6.14. Todos os documentos relacionados ao fornecimento, quando aplicáveis, deverão ser disponibilizados pela contratada, incluindo notas fiscais, certificados, manuais, fichas técnicas ou demais documentos necessários à comprovação da qualidade e conformidade dos materiais.

6.15. A fiscalização e acompanhamento da execução contratual serão realizados por servidor(es) designado(s) pela Administração Municipal, com competência para verificar a qualidade dos materiais fornecidos, acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais e rejeitar itens que não atendam aos padrões técnicos e requisitos estabelecidos, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a entrega adequada do objeto contratado.

## **Descrição do fornecimento dos postes e conjuntos de conexões**

6.16. A contratada será responsável pelo fornecimento dos postes e conjuntos de conexões elétricas conforme especificações, quantitativos e requisitos técnicos estabelecidos no Termo de Referência, garantindo que os materiais entregues atendam integralmente às necessidades da Administração Municipal.

6.17. Os materiais deverão ser fornecidos completos, incluindo todos os componentes e acessórios previstos na descrição técnica do objeto, de modo a possibilitar sua utilização na implantação da infraestrutura de suporte ao sistema de vigilância e monitoramento eletrônico.

6.18. O fornecimento deverá contemplar, conforme especificado, postes circulares com altura mínima de 7 metros, capacidade compatível, bem como conjuntos de conexões para postes LAP, VMS e PTZ, incluindo cabos, conectores, dispositivos de aterramento, elementos de fixação e demais componentes necessários.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.19. Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados, protegidos contra danos durante o transporte e manuseio, preservando sua integridade física e características técnicas até o recebimento pela Administração.

6.20. A contratada deverá garantir que os postes e componentes fornecidos apresentem qualidade compatível com a finalidade de uso, atendendo aos requisitos de resistência mecânica, segurança elétrica, durabilidade e compatibilidade com a infraestrutura planejada.

6.21. Os componentes elétricos deverão possuir características adequadas para utilização em ambiente externo, observando requisitos técnicos aplicáveis quanto à proteção, segurança e desempenho dos materiais.

6.22. A entrega dos materiais deverá ser realizada no local indicado pela Administração Municipal, dentro do prazo estabelecido, sendo responsabilidade da contratada o transporte, descarregamento e adequada disponibilização dos itens.

6.23. Os materiais entregues serão submetidos à conferência quantitativa e qualitativa pela fiscalização do contrato, que verificará a conformidade dos itens com as especificações previstas no instrumento convocatório.

6.24. Caso sejam identificados materiais em desacordo com as especificações, defeitos, avarias ou divergências quantitativas, a contratada deverá providenciar a substituição ou complementação dos itens, sem qualquer ônus adicional para o Município.

6.25. Os postes e conjuntos de conexões deverão ser fornecidos novos, de primeiro uso, sem sinais de recondicionamento ou utilização anterior, garantindo maior vida útil, segurança e confiabilidade da infraestrutura a ser implantada.

6.26. A contratada deverá disponibilizar, quando solicitado pela Administração, documentos técnicos, catálogos, fichas técnicas, certificados ou demais informações necessárias à comprovação da conformidade dos materiais fornecidos.

6.27. O fornecimento dos materiais deverá observar as normas técnicas aplicáveis e os padrões de qualidade exigidos, assegurando que os itens adquiridos sejam adequados para utilização na estruturação do sistema de suporte ao monitoramento eletrônico urbano.

6.28. A contratada permanecerá responsável pela qualidade dos materiais fornecidos durante o prazo de garantia estabelecido, devendo reparar ou substituir itens que apresentem defeitos de fabricação ou não conformidades.

## **Da garantia**



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.29. Os bens fornecidos deverão observar integralmente as disposições do Código de Defesa do Consumidor, especialmente quanto à responsabilidade por vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao uso a que se destinam ou que reduzam seu valor.

6.30. A contratada será integralmente responsável pela qualidade dos postes, conjuntos de conexões e demais materiais fornecidos, devendo garantir que os produtos atendam às especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência e no instrumento convocatório.

6.31. A contratada deverá conceder garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo dos materiais, abrangendo defeitos de fabricação, vícios ocultos e quaisquer irregularidades que comprometam a qualidade ou a adequada utilização dos bens.

6.32. Durante o período de garantia, a contratada deverá realizar, sem ônus para a Administração, a substituição dos materiais que apresentarem defeitos de fabricação, falhas estruturais, divergências técnicas ou qualquer outra inconformidade relacionada à qualidade dos produtos fornecidos.

6.33. A substituição dos itens defeituosos deverá ocorrer por materiais novos, de características iguais ou superiores aos originalmente entregues, mantendo-se a compatibilidade com as especificações técnicas exigidas pela Administração.

6.34. Todos os custos decorrentes do cumprimento da garantia, incluindo transporte, retirada, substituição e entrega de novos materiais, serão de responsabilidade exclusiva da contratada, não sendo admitida cobrança adicional ao Município.

6.35. Os materiais substituídos deverão atender integralmente aos requisitos técnicos previstos no Termo de Referência, mantendo padrões de resistência, qualidade, durabilidade e segurança compatíveis com a finalidade de utilização.

6.36. A contratada deverá atender às solicitações formais da Administração relacionadas a defeitos ou inconformidades identificadas durante o período de garantia, providenciando as medidas necessárias em prazo razoável definido pela fiscalização contratual.

6.37. Não serão considerados defeitos cobertos pela garantia aqueles decorrentes de mau uso, utilização inadequada, danos ocasionados por terceiros, alterações realizadas sem autorização ou situações que não estejam relacionadas a vícios de fabricação ou qualidade dos materiais fornecidos.

6.38. A exclusão da cobertura de garantia deverá ser devidamente comprovada pela contratada mediante justificativa técnica, assegurado à Administração o direito de análise e contestação da avaliação apresentada.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.39. Caso seja constatado que determinado material apresentou defeito durante o período de garantia e o problema não tenha sido solucionado adequadamente após substituição ou correção, permanecerá a responsabilidade da contratada pela solução definitiva, ainda que o prazo inicial de garantia tenha se encerrado.

6.40. A garantia prevista tem por finalidade assegurar a entrega de materiais adequados, confiáveis e compatíveis com a necessidade pública, preservando a durabilidade da infraestrutura implantada e garantindo a correta aplicação dos recursos públicos.

6.41. Dessa forma, a garantia contratual constitui mecanismo de proteção da Administração, assegurando que os materiais adquiridos mantenham padrões mínimos de qualidade e desempenho durante sua vida útil, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

## Dos prazos e dos locais de fornecimento e instalação

6.42. O prazo para o fornecimento e instalação do objeto será de no máximo **40 (quarenta) dias úteis**, contado a partir do envio e recebimento da solicitação de despesa ou nota de empenho. O prazo poderá ser prorrogado, uma única vez desde que não superior ao já previsto, mediante solicitação da contratada, devidamente justificada e aceita pela contratante.

6.43. O prazo estabelecido compreende todas as etapas necessárias à execução integral do objeto, incluindo transporte, entrega nos locais indicados pela Administração, instalação física dos equipamentos, configuração dos sistemas, testes de funcionamento e demais providências indispensáveis à perfeita operacionalização.

6.44. Os bens deverão ser entregues e instalados nos locais previamente indicados pela contratante, conforme cronograma ou ordem específica emitida pela Administração, devendo a contratada observar rigorosamente as condições técnicas e estruturais de cada unidade.

6.45. O objeto desta contratação deverá ser executado conforme solicitação de despesa ou nota de empenho, conforme tabela referencial contendo a descrição e identificação dos pontos estratégicos previstos para a implantação do sistema de videomonitoramento urbano:

ITEM	LOCAL/ENDEREÇO	LAT x LON	TIPO	QTDE
Ponto 01	PR-466 em frente a Marmoraria Bella Pedra	<a href="#">-23.927834, -51.595184</a>	LAP e Fixa	3 LAP e 01 fixa
Ponto 02	PR-466 em frente a subestação	<a href="#">-23.930488, -51.590508</a>	Fixa	02
Ponto 03	PR-466 em frente a entrada da rua da creche	<a href="#">-23.930581, -51.590386</a>	Fixa	01
Ponto 04	Frente da creche	-23.931045, -51.590806	Fixa	01



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Ponto 05	Av. Paraná X Rua Guaporé	<a href="#">23.932121, -51.589193</a>	Fixa	02
Ponto 06	Rua Acre X Rua Sergipe	<a href="#">-23.934661, -51.589944</a>	Fixa	03
Ponto 07	Rua Osvaldo T. da Silva X Rua Guaporé	<a href="#">-23.935323, -51.591643</a>	Fixa	02
Ponto 08	Av. Paraná X Rua Pará	<a href="#">-23.935783, -51.586827</a>	Fixa	02
Ponto 09	Estrada Ubauna X Estrada Sitio Pau D Alho	<a href="#">-23.936422, -51.598348</a>	Fixa	02
Ponto 10	Av. Brasil X Rua Rio Grande do Norte	<a href="#">-23.937938, -51.592380</a>	Fixa	04
Ponto 11	Av. Brasil X Rua Piaui	<a href="#">-23.938447, -51.590301</a>	Fixa	02
Ponto 12	Rua Pará x Rua da Independencia	<a href="#">-23.937851, -51.588791</a>	Fixa	01
Ponto 13	Av. Brasil X Rua Pará	<a href="#">-23.938690, -51.589227</a>	Fixa	01
Ponto 14	Av. Rio Grande do Sul X Rua Pará	<a href="#">-23.940613, -51.589375</a>	Fixa	02
Ponto 15	Rua Mato Grosso X Rua São Paulo – Cristo Redentor	<a href="#">-23.942675, -51.590906</a>	Fixa	02
Ponto 16	Av. Brasil X Rua Minas Gerais	<a href="#">-23.939583, -51.585870</a>	Fixa	03
Ponto 17	Praça da Republica	<a href="#">-23.939251, -51.585124</a>	Fixa	04
Ponto 18	Av. Paraná X Rua Minas Gerais	<a href="#">-23.938569, -51.585064</a>	Fixa	03
Ponto 19	Homenagem aos Pioneiros – Em frente a prefeitura	<a href="#">-23.939954, -51.584202</a>	Speed dome	01
Ponto 20	Av. Brasil X Rua Higienopolis	<a href="#">-23.940529, -51.582123</a>	Fixa	03
Ponto 21	Rua Higienopolis X Rua Guanabara	<a href="#">-23.940675, -51.580578</a>	Fixa	02
Ponto 22	Rod. Dep. Valmor Giavarina X Av. José Naline	<a href="#">-23.940463, -51.579818</a>	Fixa	02
Ponto 23	PR-453 – Rod. Dep. Valmor Giavarina	<a href="#">-23.939288, -51.577468</a>	LAP e Fixa	02 LAP e 02 Fixa
Ponto 24	Av. José Naline X Rua Ver. José A. Nunes Moreira	<a href="#">-23.942924, -51.579467</a>	Fixa	02
Ponto 25	Av. José Naline X Rua José Minatelli	<a href="#">-23.946135, -51.578445</a>	Fixa	02
Ponto 26	BR-466	<a href="#">-23.947620, -51.577962</a>	LAP e Fixa	02 LAP e 01 Fixa
Ponto 27	Rua Cesar Maraneze de Senna	<a href="#">-23.945819, -51.575542</a>	LAP e Fixa	02 LAP e 01 Fixa
Ponto 28	Destacamento da Polícia Militar, Rua Minas Gerais	<a href="#">-23.937868, -51.583505</a>	Fixa	10



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Ponto 29	Pátio de Máquinas e Rua Território do Rio Branco	-23.942709, -51.595211	Fixa	04
----------	--	------------------------	------	----

6.46. Segue, abaixo, a imagem ilustrativa contendo a descrição e identificação dos pontos estratégicos previstos para a implantação do sistema de videomonitoramento urbano.

Imagem 01:



6.47. Importa destacar que os pontos referenciais indicados e a imagem apresentada possuem caráter meramente demonstrativo, servindo exclusivamente como referência visual do planejamento preliminar realizado pela Administração.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.48. A definição final da localização dos equipamentos poderá sofrer ajustes técnicos no momento da implantação, a partir de análise in loco, considerando-se critérios como ângulo de visão, área efetiva de cobertura, existência de obstáculos físicos, interferências estruturais, incidência de luminosidade, disponibilidade e adequação da infraestrutura elétrica e de rede lógica, bem como eventuais orientações técnicas dos órgãos de segurança pública parceiros.

6.49. Tais adequações não configurarão alteração do objeto contratual, mas mero aperfeiçoamento técnico da execução, com a finalidade de assegurar maior eficiência, alcance e qualidade do sistema de monitoramento a ser instalado.

6.50. O projeto poderá ser executado de forma parcial, conforme a emissão de solicitação de despesa ou nota de empenho, observada a disponibilidade orçamentária e financeira da contratante.

6.51. A execução parcial não descaracteriza o objeto contratado, constituindo-se em faculdade da Administração, que poderá implantar o sistema de maneira gradual, por etapas, conforme conveniência administrativa e dotação orçamentária existente.

6.52. A contratada deverá executar exclusivamente os quantitativos e serviços expressamente autorizados em cada solicitação de despesa ou nota de empenho emitida, não podendo exigir a execução integral imediata do objeto sem a correspondente cobertura orçamentária.

6.53. A eventual execução por etapas não gerará à contratada direito a indenização, compensação ou reajuste diferenciado, permanecendo válidas as demais condições contratuais pactuadas.

## **Das Alterações**

6.54. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)**

---

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.

## Da Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

## Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

## Fiscalização Administrativa





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **Gestor do Contrato**

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)**

---

### **Do Recebimento**

8.1. Os fornecimentos e serviços serão recebidos provisoriamente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) e Termo de Recebimento assinado pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 03 (três) dias.

8.2. Os fornecimentos e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Prazo de pagamento**

8.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte dias) úteis, a contar da liquidação da despesa.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Liquidação**

8.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018).

8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.20. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)**

---

### **Da modalidade e critério de julgamento**

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo sistema REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO – GLOBAL.

### **Exigências de habilitação**

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:



# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

**Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);**

**Habilitação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21);**

**Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);**

**Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);**

**Declarações e outros documentos necessários.**

## **Requisitos contratuais**

9.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF ou certidões fiscais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, a seguir:

<b>Recurso:</b> <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Recurso Estadual <input type="checkbox"/> Recurso Federal <b>Categoria Econômica:</b> <input type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input checked="" type="checkbox"/> Capital/Investimento		
<b><u>Reduz.</u></b>	<b><u>Programática</u></b>	<b><u>Fonte</u></b>
627	04.017.15.452.0328.2.023.4.4.90.52.00.00.	33977
629	04.017.15.452.0328.2.023.4.4.90.52.00.00.	31977
637	04.017.15.452.0328.2.023.4.4.90.52.00.00.	33978
638	04.017.15.452.0328.2.023.4.4.90.52.00.00.	31978

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, a Ata de Registro de Preços ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.

Borrazópolis/PR, 17 de junho de 2026.

**Josiane Aparecida dos Santos**  
Secretária Municipal de Administração e Finanças